

Positivismo e República *Positivismo and Republic*

Prof. Dr. José Esteves Pereira (Instituto de Filosofia Luso-Brasileira- Lisboa-Portugal)
jep@fcsb.unl.pt

Resumo: Nesta comunicação examinam-se os aspectos do positivismo utilizados pela geração de Teófilo Braga e principalmente por ele na justificação da República Portuguesa. Com o Positivismo buscava pensador superar a crise dos valores liberais em Portugal e na Europa.

Palavras-chave: Liberalismo; Filosofia; Política; Positivismo; República.

Abstract: In this talk we examine the aspects of Positivism used by Teofilo Braga's generation and especially by him in the Portuguese Republic justification. By exploring Positivism the thinker sought to overcome the crisis of liberal values in Portugal and Europe.

Key words: liberalism; philosophy; politics; Positivism; Republic

1 . Considerações iniciais

Costuma sublinhar-se a importância que as projeções da Filosofia Natural, estatuída em 1772, na Universidade de Coimbra, em detrimento das vertentes metafísica e moral, tiveram na incubação de uma linha marcadamente positivista de discurso científico ao longo do século XIX em Portugal. Dever-se-á ter em conta, todavia, o fato de essas medidas reformistas de natureza cultural e mental não terem sido unilineares, nem se poder menosprezar muitas persistências e resistências tradicionalistas, tópico a que António Paim e José Maurício de Carvalho dariam particular atenção para discutir os reais obstáculos à modernização no Brasil.

2. O positivismo lusitano

Não obstante, é líquida a importância de que se reveste para uma aculturação de sentido positivista, conforme o século XIX se dirige para o seu termo, a matriz donde emana o espírito e a forma mental e organizativa das Escolas Médico-Cirúrgicas e das Escolas Politécnicas de Lisboa e do Porto. A Universidade de Coimbra marcada por um certo ecletismo mental não alterou, também, o sentido politécnico da reforma pombalina. A Faculdade de Filosofia conimbricense terá presente a ideia de progresso das ciências e da

Revista *Estudos Filosóficos* nº 3 /2009 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 108 – 118

civilização e o cultivo de uma tendência para uma posição antropológica em que o desenvolvimento tecnológico, em marcha desde o século XVII, o alargamento de um espaço perceptual, permitiria à humanidade dotar-se de uma espécie de sexto sentido. Era assim que, utilizando uma célebre frase de Michelet, a propósito da descoberta do telescópio e do microscópio, Simões de Carvalho, em 1872, apresentava a questão na *Memória Histórica da Faculdade de Filosofia*, comemorativa do centenário da reforma pombalina .

Não é menos significativo que aquela sensibilidade mental que ia integrando os progressos da ciência entrasse, inexoravelmente, em conflito com posições espirituais menos propensas à hegemonia e aos otimismo da explicação racional e positiva do mundo e da vida.

Cunha Seixas, que assumirá uma posição marcadamente espiritualista, ao opor-se ao positivismo não deixará de condescender que é “nobre o esforço do positivismo em querer explicar a natureza pela própria natureza”(...)” O positivismo diz não querer contrariar o pensamento da humanidade e não podendo subscrever à ideia de causa forja um deus na humanidade para alcançar uma espécie de religião; diz não rejeitar a moral nem o direito, pretende acolher tudo sobre tão larga bandeira, que também dê cabida às tradições e aos fatos históricos universais. Neste fito, porém, querendo explicar tudo pela natureza deixa a maior parte dos fatos sem explicação”.¹

O positivismo era portador de uma explicação imanente do mundo e da vida, dos fenômenos sociais e políticos e foi isso que, do território da ciência aos fenômenos psicológicos e da história ao direito gerou inequívoca receptividade e serviu de instrumento para alimentar o polo de argumentação secularizadora e laicista da sociedade. Como Fernando Catroga teve oportunidade de estudar no seu trabalho pioneiro, em torno de Manuel Emídio Garcia “o movimento positivista português foi um fenômeno essencialmente sociológico, já que, mesmo quando incidiu sobre as ciências da natureza, a sua utilização viu-se mediada por essa intenção” e, como corolário da fundamentada análise que aquele professor realizou fala-nos do “estreito acasalamento que, a partir das três

¹ J. M. Cunha Seixas, *Galeria das Ciências Contemporâneas*. Lisboa: Livraria Internacional, 1879, pp. 46-47.

últimas décadas do século XIX, se deu entre o movimento que foi a expressão política desse grupo, o *republicanismo*, e a corrente positivista.” Acentuando aquele aproveitamento lembra, também, que a:” lei dos três estados permitia demonstrar o caráter anti-histórico e anticientífico tanto das propostas monárquicas clericais como das intenções revolucionárias dos individualistas e dos socialistas comunistas.²

O positivismo, associado ao naturalismo rapidamente ganhou em Portugal o estatuto de um *nexo teórico* privilegiado para as mais variadas expressões, nomeadamente ao nível das reformas do ensino do direito e da articulação deste com marcada interpretação sociologista. Ao mesmo tempo, instaurava-se o aproveitamento ideológico do positivismo, no republicanismo que germinava, no entrelaçamento das posições políticas e do acentuar da crise econômica, social e religiosa.

No preâmbulo de uma publicação de cariz positivista, iniciada em Dezembro de 1876, com o significativo nome *O Século* exaltava-se a ciência como autoridade explicativa de todos os domínios e como um dos primeiros fins do homem estudioso:

Aprofundar os sublimes mistérios da ciência, dilatar a esfera da sua exploração, enunciar pela sua linguagem rigorosa os problemas diversos sobre que se exerce a sua influência, é um dos primeiros fins do homem que estuda, é uma das mais nobres e mais generosas profissões.³

Em artigo da autoria de Correia Barata, *O positivismo e a ciência atual*, inserto na mesma publicação, anunciava-se o resgate superior de toda a história, até ao presente:

A filosofia positiva é o extrato purificado dessas gerações passadas, as quais foram para o cérebro das gerações dos séculos XVII e XVIII o que a educação é para o cérebro do indivíduo. Por isso, não é sensualista à maneira de Locke, nem idealista ao modo de Berkeley, nem ecleticamente empirista como Hume; nem transcendentalista e teleológica pelo modelo de Kant; nem adota as várias noções de absoluto e de coisa em si como Fichte, Schelling e Hegel; nem admite

² Fernando Catroga, *Os inícios do Positivismo em Portugal-O seu significado político-social* “Rev. de Hist. das Ideias”, Universidade de Coimbra, 1977, Vol. I, pp. 343 e ss.

³ *O Século*, Lisboa: Dezembro de 1876, 1ª série, Preâmbulo[p. 1].

a física experimental de Schopenhauer”(...) “Estabelece a solidariedade dos acontecimentos e das coisa por uma lei demonstrada na história, na astronomia, na física, na química e na biologia---a lei da evolução. Eis aqui o que é o e o que não é a filosofia positiva.⁴

3 . Positivismo e República

Por seu turno, em páginas entusiasmadas, Teófilo Braga afirmaria que depois do conhecimento científico que o homem tem do seu passado histórico, e depois do desenvolvimento moral revelado pela sua consciência psicológica, a forma de governo compatível com a sua dignidade é a República. Os políticos empíricos, sacrificando o interesse social ao seu avançamento egoísta pela obtenção do favoritismo real, declamam contra a forma republicana, pensando que assim influem contra a marcha das cousas. Como forma que se não deriva exclusivamente da tradição, mas de um progresso racional e moral, a República resulta da necessidade da própria vida moderna que busca seu apoio não em casos afetivos, mas intelectuais. A emoção é fortuita, caprichosa, e o acto racional é unânime; por isso que os progressos intelectuais realizados pelas descobertas científicas e filosóficas, libertam-nos cada vez mais dos acidentes emotivos, das paixões, conciliando-nos na previsão, simplificando o acordo das vontades.⁵

A importância da difusão do positivismo, por via de Comte ou de Littré, ou do evolucionismo spenceriano, de Haeckel ou de múltiplos discípulos e literatura de divulgação militante mede-se por um lado, através do modo reativo e polémico, mediante o intenso clima de debate que, a breve trecho, envolve tomadas de posição institucional, nomeadamente da Faculdade de Teologia conimbricense, da Igreja e de movimentos católicos. Por outro lado, afirma-se através de crescente e significativa aceitação a ponto de se insinuar numa cultura de conhecimento útil e de inculcação pedagógica.

Ao folhear a adaptação portuguesa, da responsabilidade de Teixeira Bastos, dos dois compactos volumes do *Dicionário da Vida Prática*, de Gabriel Belêze é muito elucidativa a recomendação para a constituição de uma biblioteca particular com credível

⁴ Correia Barata, *O positivismo e a ciência ctual*, in *O Século*, 1ª série, Março de 1878, p. 103.

⁵ Teófilo Braga, *Política Positiva*, in “O Positivismo”. Porto: Magalhães e Moniz, 1881, Vol. III, p.307.

expectativa de que os conselhos seriam seguidos. De fato, logo à cabeça do verbete Biblioteca, sugere-se o *Curso* de Comte, em seis volumes ou alguma das suas condensações a cuidado de Miss Martineau, Jules Rig ou, em português, a de Teixeira Bastos, em dois volumes.

A multiplicidade de avocações do espírito positivista anterior à implantação da República e depois de 5 de Outubro de 1910 terá, a meu ver, que ser perspectivada, no entanto, de dois modos.

Não obstante não se ter verificado, como no Brasil, uma injunção positivista de ditadura republicana como projeto político, importa considerar, em todo o caso, que a propugnação e efetivação de medidas como a Lei da Separação da Igreja do Estado, o laicismo militante e muitas outras medidas tinham, por detrás, a marca de uma ação política exclusivista marcada pelo assumir inquestionável da razão e do progresso. Subjaz um sentido autoritário no discurso daqueles que, em 1910, se assumem como convictos agentes políticos, confiados que estavam na inexorável aplicabilidade da lei dos três estados, na confiança posta numa política de saber teleologicamente considerada e, também, na superação definitiva da revolução e das afirmações socialistas supervenientes.

Teófilo Braga, é certo, exalta o pendor liberal de Auguste Comte ao afirmar ter encontrado no autor da *Política Positiva* a plena liberdade de exposição e mesmo de discussão indispensável como garantia permanente contra a degeneração sempre iminente de uma Ditadura empírica ou de uma Tirania sublinhando, entretanto, ser “a Republica a redução da autoridade política a uma magistratura investida no que se acha mais intelectual e moralmente apto a cumprir esse mandato”.⁶

Certamente que teríamos que contextualizar e cuidar de uma análise diacrônica mais fina sobre o modo como o discurso positivista se assume, hegemonicamente, num período que vem desde a década de 80 de Oitocentos até 1910 e desta data em diante.

A agudíssima conflitualidade política e a crise económico-financeira que dão lugar à ditadura de João Franco, não são estranhas ao regicídio perpetrado em 1908 e precipitam a queda da monarquia exacerbando tensões de que resultou o triunfo de uma nova forma

⁶ *Idem*, p. 307.

política e de um novo regime. É nesse contexto que, para uma análise aceitável de história das ideias, se pode compreender a exaltação do positivismo e dos seus principais ideólogos.

Alexandre Braga, em conferência proferida no Rio de Janeiro, insere no Almanaque de *O Mundo*, de 1913, ao lembrar Antero e Teófilo glorifica, sobretudo o segundo, pela influência *poderosa* que tivera na sociedade e na política portuguesa, na concretização da República e na revivescência do seu futuro.⁷ Na mesma publicação, em que surgem significativos textos de divulgação positivista, Marques Braga considera que Teófilo criou “uma grandiosa obra, que tem um intuito reconstrutivo—o ressurgimento nacional.”⁸ Essa menção mais imediata, de sentido regenerador, que terá um largo espectro de invocações da Renascença Portuguesa e do próprio ideário do Estado Novo, exprimirá, contudo, apenas um dos polos da vivência e dos posicionamentos pátrios .

Num artigo de *A Águia* de janeiro de 1911, eram passados menos de três meses da instauração da República resgatadora, sempre me surpreendeu a meditação sobre os desencontros do absolutismo da razão (aquela razão estática de que falava Leonardo Coimbra) na presuntiva aplicação à ação superadora da política empírica pela política positiva como um Teófilo a poderia entender. No tal artigo de *A Águia* pretendia-se integrar e superar o positivismo apontando para o seu déficit crítico, mas sem menosprezar, em todo o caso, o significado da importante obra de Auguste Comte.

A obra monumental de Auguste Comte ocupou o pensamento do fim do século último. Não foi um sistema isolado, determinado por uma cultura particular através de uma cerebração individual. Foi uma vasta realidade mental de então, elaborada por um espírito profundamente sistematizador e claro. Em Comte tudo é claro, desde a síntese objetiva à síntese subjetiva. A tranquilidade mental é procurada primeiro na clareza das ideias sobre a realidade, isto é, na tradição cartesiana. Depois o filósofo que sempre é um apóstolo, vai do homem para o mundo já conhecido pela filosofia positiva. A síntese subjetiva, subordinando a realidade já construída, não está fora dos princípios filosóficos do sistema, nem da verdadeira interpretação do lugar da ciência na vida. Unicamente a própria vida que se faz da realidade. E este conceito é em Comte errado porque

⁷ Alexandre Braga, *A influência de Teófilo na vida portuguesa*, Almanaque de *O Mundo* para 1913, p. 173.

⁸ Marques Braga, *Teófilo Braga*, Idem, p. 237.

lhe falta o necessário preliminar gnosiológico que lhe teria evitado muitos erros e aberto muitos mistérios inibidores do seu pesado sistematismo.(...). Por falta de uma teoria do conhecimento explícita e clara não aparece a verdadeira relação do objetivo para o subjetivo. Este tem de partir de um dado complexo sincrético que subordina o mundo ao ponto de vista do humano, imediatamente dado Ora é na análise desse humano que surge o real e o ideal, o valor e a realidade; portanto todas as dúvidas e todos os problemas. Mas como dissemos Comte representa as necessidades de uma época de indisciplina e de estéril loquela metafísica. É um apelo às indiscutíveis realidades que o homem envolvido no seu sonho medieval desconhecia. Auguste Comte perdurará, o positivismo já morreu.⁹

Entretanto, a confiança resgatadora e superadora dos projetos e medidas mais relevantes da República em breve depararia, com a dificuldade de mediação entre aspectos estruturais da sociedade portuguesa que poderei reduzir aos de *tradição* e *progresso* e de *razão* e *fé*. O primeiro poderia até, em parte, ser inscrito numa leitura positivista se tivesse em conta o segundo.

Não insistirei sobre a virtualidade resgatadora do positivismo na linha de um processo que, seguindo Teófilo Braga, enaltece, por exemplo, os sinais republicanos da primeira revolução liberal, paulatinamente postergados, a seu ver, na dissolução do sistema monárquico português, para me referir, justamente, ao título de uma significativa obra do pensador. Há nos artigos de

Teófilo dados à estampa na revista *O Positivismo*, de 1881, posições conciliadoras como a que se segue, entretanto reeditadas no termo do volume II das *Soluções Positivas*, de 1913 já em plena vigência do novo regime.

Tanto a conservação como a renovação são igualmente necessárias para o equilíbrio social; são como os polos desse movimento complexíssimo; a ignorância desta relação de dependência, produz na função governativa uma absurda noção absoluta e exclusiva, que provoca nas sociedades esses grandes cataclismos chamados revoluções; da parte das generosas aspirações individuais vê-se também o vício da

⁹ Anónimo, *Auguste Comte*, in *A Águia*, 1ª série, nº 4, Porto, 11-1-1911.

negação absoluta do passado, a que se dá o nome de radicalismo.¹⁰

A verdade é que, assim como se invoca a linhagem cientista e modernizadora de matriz pombalina, como ingrediente de um paradigma redutor da política como ciência, importa atender, sempre, ao cerne de um problema, mais complexo do que o que pode ser considerado a partir da vertente parcial da filosofia natural ou da opção jusnaturalista e regalista. Assumida em muitos aspectos pelo viés repressivo ou controlado pelo poder josefino há uma outra via que acentua um contraponto de resistência por afirmação a crenças e tradições, nem todas obstaculizadoras. As soluções concordatárias do Estado Novo, por exemplo, tem que ser vistas à luz dos excessos da superação positivista do teológico. Há uma realidade sociológica que o reducionismo sociológico positivista politicamente ativado não compreendeu e não deixará de importar, certamente, a uma desejável convivência plural de opções. O preço de políticas radicais é sempre muito elevado e o próprio processo político republicano daria lugar a opções ditatoriais. Considero uma boa avaliação do saldo da República a obra de João Telo de Magalhães Collaço, *Da Vida Política Portuguesa-Conservadores e Radicais* editado a expensas do autor, em 1926.

Como em tempos tive oportunidade de sublinhar, a confrontação política cruenta e fratricida de Oitocentos, entre Liberais e Miguelistas, a crise da República, os padrões diferenciados das famílias políticas atuais são passíveis de uma análise de referências que permitem as projeções da Ilustração, na sua maior aceitação, recusa ou compromisso e que efetivamente se definiram a partir do pombalismo se entendido não unilinearmente”.¹¹

O positivismo deve ser abordado numa vertente que não é, necessariamente sobreposto às vicissitudes políticas e ideológicas da primeira República. Num lúcido estudo que era também um depoimento, no Colóquio que realizamos em Ponta Delgada, em Outubro de 1994, em torno de Teófilo Braga e Silvio Romero, Gustavo de Fraga chamava a atenção para o fato de o pensador positivista transformar o vivido e o sentido em objeto de

¹⁰ Teófilo Braga, *Soluções positivas da política portuguesa*. Porto: Livraria Chardron, de Lello e Irmão, 1913, Vol. II, p. 312.

¹¹ José Esteves Pereira, *Percursos de História das Idéias*. Lisboa: IN-CM, 2004, p. 101.

ciência natural não dando ensejo a espaço mais especulativo ou crítico como já se viu, também, naquele texto de 1911 a que há pouco me referi.

Reportando-se à sua experiência de aluno de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nos anos 40, Gustavo de Fraga concluía, depois de relatar algumas peripécias, afirmando que os “positivistas, reclamando-se das ciências e dos fatos, ambos sempre os deles, exerciam um certo espírito agressivo, um preconceito de ortodoxia que se manifesta dentro da própria escola, nos seus conflitos internos”.¹² A reforma do ensino na Universidade, em 1957, criando licenciatura autônoma em Filosofia transformou, significativamente a situação, mas a persistência da Psicologia como propedêutica à Filosofia no secundário, por exemplo. Pode-se dizer que constitui norma educativa oficializada até 1974.

No campo do Direito, António Braz Teixeira chama a atenção para o fato da extinção da cadeira de Filosofia do Direito pela reforma republicana de 1911 dar origem a um ciclo “que iria durar um quarto de século, em que a universidade portuguesa dominada pelo mais acanhado e intolerante espírito positivo, excluía do seu âmbito a possibilidade de qualquer consideração filosófica da realidade jurídica”.¹³

Finalmente, um aspecto que merece ser considerado tem a ver com a teorização do Estado em vigor na República, caracterizada constitucionalmente pela hegemonia ou pela caução parlamentar, como resposta aos excessos do cesarismo monárquico, que se execrava, e que me suscita algumas considerações sobre as posições teófilas (e não só) relativamente a esse problema. Por um lado, Teófilo, pela convicção do advento da associação de indivíduos completamente consciente do seu fim social diminuía o peso do Estado e, por outro lado, procedia á sua desvalorização minimizando a sua feição unitária através da convicção federalista, de dimensão europeia, congregada nas civilizações germânica, eslava e a latina para a qual Portugal, necessariamente haveria de contribuir.

¹² Gustavo de Fraga, *Do positivismo em Portugal e no Brasil: Romero e Teófilo*, in Actas do III Colóquio Tobias Barreto, Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996, pp. 348-349.

¹³ António Braz Teixeira, *História da Filosofia do Direito Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2005, p. 175.

Um e outro aspecto, a que me acabei de referir, surgiriam como contrapares ao que poderemos considerar, ainda hoje, o paradigma político português, desenvolvido através de forte sentido unitário e de centralização, embora compatível esta com algum policentrismo até ao constitucionalismo liberal e com recorrentes reivindicações descentralizadoras, com seus ganhos e perdas, a partir de então.

Entretanto, assim teorizava Teófilo Braga no que diz respeito ao primeiro aspecto:

A Associação é a forma consciente e voluntária da sociedade, que como fato natural é anterior á vontade do indivíduo”(...)”o desenvolvimento crescente do individualismo revelando a diminuição do automatismo da agregação social, importa consigo a eliminação natural da intervenção do Estado.¹⁴

Quanto ao segundo aspecto:

Para muitos indivíduos costumados à artificial e violenta unidade administrativa, o nome de República federal aplicado à futura constituição política portuguesa produz-lhes uma impressão dolorosa, proveniente da falsa ideia de considerarem que Portugal tem de ser dividido em cantões independentes entre si, federalizados para interesses gerais e de mutua defesa. Nada de mais absurdo, não só enquanto às condições territoriais como aos elementos étnicos. E, contudo, Portugal, pela sua situação geográfica junto de uma grande nação que influi poderosa e inconscientemente sobre os nossos destinos *nunca poderá ser uma republica unitária* (grifo nosso).¹⁵

4 . Considerações finais

Deveremos considerar, certamente, o discurso de Teófilo e o de outros vultos positivistas lusos uma tentativa de solução bem intencionada para resolver a crise de valores liberais europeus, e não só portugueses, pelo viés da forma política da República moldada nos pressupostos filosóficos que lhe conhecemos. Contudo, o radicalismo cientifista das propostas, aquilo que se denominaria *positividade em política e política positiva* terá acentuado a incapacidade de compreender as múltiplas expressões exógenas a

¹⁴ Teófilo Braga, Soluções positivas da política portuguesa, cit., p. 333.

¹⁵ Idem, p. 93.

um tratamento puramente sociológico e necessitarista da realidade política. Teófilo ao apontar o atraso português denunciava a inadequação do que caracterizava como política empírica, a política corrente da monarquia, só “admissível nas negações da sua impotência, confessada enquanto às relações internacionais no *princípio da não intervenção*, e nos negócios internos na antiga formula dos economistas—*laissez faire, laissez passer*.”¹⁶

O desejado corte umbilical com o sistema constitucional liberal nos seus aspectos políticos, não só a coberto da vã metafísica da *Declaração dos Direitos do homem*¹⁷ mas, também, pelo lado do liberalismo econômico não poderia ser mais evidente. Perfilava-se, quando muito, como que em benefício de inventário, a transigência entre o absolutismo e a revolução.

Em todo o caso, podemos constatar que as ideias expendidas e alguma consequência na prática vieram a constituir um momento significativo de cisão de que conhecemos o ativo e o passivo de um dado tempo político e de um tempo, esse mais longo, de natureza cultural e mental.

Data de registro: 11 de março de 2009

Data de aceite: 29 de maio de 2009

¹⁶ Teófilo Braga, *Política Positiva*, in *O Positivismo*.cit. p. 313.

¹⁷ Idem, p.308.